

Brasília, 16 de março de 2026

Seleção

Sumário

Migalhas

Sexta-feira, 13 de março de 2026 | ABPI | Câmara de Mediação

O Futuro da Arbitragem: Eficiência, Inovação e Desafios da Atualidade 3

MSN Notícias

Sexta-feira, 13 de março de 2026 | Propriedade Intelectual

Investigação do representante comercial dos EUA atinge 60 economias, como Chin... 4

O Globo Online

Sexta-feira, 13 de março de 2026 | Marco regulatório | INPI

Exclusividade do Ozempic acaba em 7 dias: veja de quem foi a decisão final pelo fi... 5

Sexta-feira, 13 de março de 2026 | Patentes

O que é a Seção 301? Entenda a nova investigação de Trump e o que pode acontece... 6

O Futuro da Arbitragem: Eficiência, Inovação e Desafios da Atualidade



CAMARB - Câmara de Mediação e Arbitragem Empresarial - Brasil

A realiza no dia 18/3, das 16h30 às 18h30, o debate presencial "O Futuro da Arbitragem: Eficiência, Inovação e os Desafios da Atualidade".

Na ocasião, Marlus Alves, vice-presidente institucional da CAMARB, estará presente no painel de

abertura do evento. Pedro Batista Martins, membro do Conselho Deliberativo da CAMARB, participará como palestrante, sob a moderação de Alaor Leite, vice-presidente CAMARB Lisboa.

O evento é uma correalização da CAMARB, PLMJ Advogados e CCILB - Câmara de Comércio e indústria Luso-Brasileira.

Serviço:

Dia: 18/3

Horário: 16h30 às 18h30

Local: PLMJ Advogados

Endereço: Avenida Fontes Pereira de Melo, 43, Lisboa, Portugal.

Inscrições: !

Realização: CAMARB - **Câmara de Mediação** e Arbitragem Empresarial - Brasil, PLMJ Advogados e CCILB - Câmara de Comércio e indústria LusoBrasileira.

Para mais informações, .

Investigação do representante comercial dos EUA atinge 60 economias, como China, UE, México, Israel e Argentina



O representante comercial dos EUA instaurou uma ampla apuração que envolve 60 economias ao redor do mundo, dentre as quais se destacam China, UE, México, Israel e Argentina. O objetivo principal dessa investigação é avaliar práticas comerciais consideradas potencialmente discriminatórias ou prejudiciais aos interesses dos Estados Unidos. Sob a liderança do representante comercial dos EUA, serão analisados subsídios, barreiras tarifárias e não tarifárias que podem afetar a competitividade de produtos norte-americanos no mercado internacional. Além disso, a apuração busca identificar possíveis violações de direitos de **propriedade intelectual** e exigências de **transferência de tecnologia**.

++ Sistema de IA revela como gente comum está criando renda passiva no automático

A base legal para esse procedimento encontra amparo na Lei de Comércio de 1974, em particular na famosa Seção 301, que faculta ao representante comercial dos EUA impor medidas de retaliação ou pressionar por negociações quando práticas adotadas por parceiros comerciais se mostram injustas.

Durante essa fase inicial, serão solicitadas informações de empresas, associações setoriais e governos envolvidos. O processo inclui a publicação de avisos detalhados no Registro Federal, com prazos específicos para envio de comentários públicos e dados complementares, garantindo transparência e ampla participação de interessados.

++ Homem viveu mais de 40 anos isolado na selva sem saber da existência das mulheres

Do ponto de vista prático, essa ação pode levar a imposição de tarifas suplementares, restrições de acesso a mercados ou mesmo acordos de compensação por parte dos países investigados. Economias como China e UE costumam responder a inquéritos dessa natureza com consultas bilaterais e, em casos extremos, recorrem à Organização Mundial do Comércio para resolver disputas. No caso de México, Israel e Argentina, há expectativa de que negociações diretas possam mitigar possíveis sanções. De todo modo, o anúncio já sinaliza a determinação do representante comercial dos EUA em proteger setores estratégicos domésticos contra alegados subsídios e práticas de dumping.

Em termos de cronograma, após a coleta e análise inicial dos dados, o escritório do representante comercial dos EUA deverá publicar um relatório preliminar em até seis meses. Caso sejam confirmadas práticas nocivas, poderão ser adotadas medidas provisórias enquanto se aguarda a conclusão da revisão final, previsto para até um ano após o início do processo. Essas providências sinalizam aos parceiros que há espaço para diálogo, mas também indicam que os Estados Unidos estão dispostos a usar ferramentas legais para defender sua indústria e seus trabalhadores.

Exclusividade do Ozempic acaba em 7 dias: veja de quem foi a decisão final pelo fim da patente



A expiração da patente ocorrerá no dia 20 de março; farmacêutica entrou na justiça para tentar postergar o fim da exclusividade

A patente da semaglutida, princípio ativo de medicamentos como Ozempic, Wegovy e Rybelsus, indicados para o tratamento de diabetes e obesidade, chega ao fim na próxima sexta-feira (20). Com isso, outras empresas poderão criar suas próprias versões e vender no mercado nacional.

A **patente** se refere ao direito exclusivo de uma empresa de produzir, comercializar e utilizar uma invenção sua durante um período de 20 anos, no Brasil. No caso destes medicamentos, esse direito de exclusividade era do laboratório dinamarquês

Novo Nordisk. Oficialmente, esse prazo acaba no dia 20 de março de 2026.

No entanto, a Novo Nordisk tentou postergá-lo, alegando que houve um atraso de 13 anos no período de resposta do **Instituto Nacional da Propriedade Industrial (Inpi)** para analisar a **patente**. E, como consequência, somente usufruiu do registro por apenas 7 anos. Apesar da demora para aprovação, a lei de **patentes** no Brasil determina que o prazo de exclusividade é de 20 anos a partir do registro do pedido e não da aprovação do **Inpi**.

Para tentar a extensão da patente por mais 13 anos, a empresa entrou com uma ação no Superior Tribunal de Justiça (STJ). Mas, a 4ª Turma do Superior Tribunal de Justiça (STJ) decidiu de forma unânime pelo veto ao pedido da farmacêutica Novo Nordisk pela extensão da patente da semaglutida. Com a decisão, o veto permite que a semaglutida não seja produzida por apenas uma farmacêutica e, por isso, poderá ser vendida em versões genéricas e semelhantes (aprovadas pela **Anvisa**).

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Bem de Saúde

Novidades para você ficar bem de corpo e alma. Às quintas.

O que é a Seção 301? Entenda a nova investigação de Trump e o que pode acontecer com o Brasil



Governo dos EUA abre novo processo contra o país e mais 59 nações acusadas de usar trabalho forçado na produção de produtos exportados ou acusadas de importar esses itens

O Escritório do Representante de Comércio dos EUA (USTR, na sigla em inglês) abriu uma nova investigação contra o Brasil, desta vez por suspeita de trabalho forçado em atividades cujos produtos são exportados. A investigação será feita nos termos da Seção 301 da Lei de Comércio dos EUA, que já havia embasado outra investigação contra o Brasil no ano passado.

Ambas as investigações tratam de acusações de práticas anticompetitivas de comércio e podem resultar em medidas tarifárias contra o Brasil. A primeira foi aberta em julho de 2025 e citava de Pix a venda de falsificados no comércio popular da Rua 25 de Março, em São Paulo, além de descontrole de desmatamento ilegal, entre outras alegações. A apuração ainda não foi concluída.

Neste segundo processo, além do Brasil, outros 59 países, são alvos do USTR. Entre eles, Argentina, União Europeia, China, Reino Unido e Japão. Os EUA alegam que essas nações supostamente usariam trabalho forçado na produção de itens vendidos ao exterior ou que importam esses produtos.

A iniciativa foi anunciada na noite de quinta-feira e ocorre depois de o governo Donald Trump ter sido derrotado na Suprema Corte, que considerou ilegais as tarifas globais que os EUA vinham aplicando nos seus parceiros comerciais desde abril de 2025. A

decisão do tribunal foi em 20 de fevereiro.

Confira abaixo mais detalhes sobre o que é a Seção 301 e o que pode acontecer com o Brasil .

O que é a Seção 301?

A Seção 301 é uma parte da Lei de Comércio dos EUA, em 1974, que permite que o Escritório do Representante Comercial dos Estados Unidos (USTR) realize apurações sobre práticas que supostamente prejudicam o comércio internacional americano e determine se há ou não irregularidades. A intenção é punir ações consideradas discriminatórias contra empresas americanas com sanções aos países-alvo.

Caso o órgão determine que o Brasil possui realmente práticas anticompetitivas nas relações comerciais entre os dois países, ele pode determinar a adoção de medidas de compensação e retaliatórias.

Como é feita a investigação?

O uso da Seção 301 deve respeitar um trâmite que vai do início de diálogo com o parceiro comercial, passando por uma investigação, **mediação** e, por fim, medidas para corrigir eventuais irregularidades no acordo. O processo completo dura pelo menos 12 meses, podendo ser estendido.

Quais riscos o Brasil corre?

De acordo com especialistas, caso o USTR julgue que há irregularidades, os Estados Unidos terão aval para ampliar sua retaliação ao Brasil, com imposição de tarifas extras, restrições à importação, suspensão de benefícios comerciais, entre outras medidas.

O Brasil pode recorrer à OMC?

Sim, é possível o Brasil e demais países investigados começarem um litígio contencioso na Organização Mundial do Comércio (OMC). No entanto, é um processo lento, que pode durar entre três e quatro anos.

Quais países já foram investigados pela Seção 301?

Embora o uso da Seção 301 não seja recorrente, ele também não é inédito.

Continuação: O que é a Seção 301? Entenda a nova investigação de Trump e o que pode acontecer com o Brasil

O próprio Brasil já passou por investigação do Escritório do Representante de Comércio dos EUA, com base na Seção 301, em 1985 e em 1987, com denúncias relacionadas a uma restrição do acesso de empresas americanas de tecnologia ao mercado brasileiro e acusação de falta de concessão de pedidos de **patentes** biofarmacêuticas.

Outros países e blocos como a China, o Japão, a Índia, e até a União Europeia já foram investigados em processos semelhantes.

Nesta semana, o governo americano também abriu outras investigações sob a Seção 301 contra 16 países, alegando que eles estariam adotando práticas desleais de comércio por ter um excesso de capacidade produtiva.

Neste caso, o alvo foi China, União Europeia, Cingapura, Suíça, Noruega, Indonésia, Malásia, Camboja, Tailândia, Coreia do Sul, Vietnã, Taiwan, Bangladesh, México, Japão e Índia.

Também está em andamento desde o ano passado uma investigação sobre a Nicarágua, indicando supostas práticas irregulares relacionadas a direitos trabalhistas, direitos humanos e o Estado de Direito.

INSCREVA-SE NA NEWSLETTER

Economia de Cada Dia

Resumo semanal de economia e negócios

Índice remissivo de assuntos

ABPI Câmara de Mediação	1
Inovação	2
Marco regulatório Anvisa	3
Marco regulatório INPI	3
Patentes	3,4,5
Propriedade Industrial	3
Propriedade Intelectual	2